

O CLÍTICO REFLEXIVO EM MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

Fernanda Rosário de Mello - UFPB

0. Considerações iniciais

As reflexões levantadas neste trabalho são parte da pesquisa que desenvolvemos no programa de Doutorado em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “A gramaticalização do pronome ‘se’ reflexivo na fala de João Pessoa: variação e mudança numa abordagem funcionalista”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Affonso Christiano.

Assim como Mello (2005), procuramos, aqui, relacionar, em conjunto, os usos do “se” na função reflexiva, em graus variados – angariando novas funções no discurso, como as de partícula de realce e de pseudo-reflexivo –, com grupos de fatores lingüísticos que controlam propriedades ligadas a seu contexto de uso. Procuramos descrever diferentes matizes de significação do “se” encontrados nos manuscritos da Paraíba para mapear, dessa maneira, semelhanças e diferenças entre eles. Os resultados obtidos indicam que, diferentemente das demais regiões do Brasil, o pronome ‘se’ reflexivo vem alargando seu uso na fala de João Pessoa, destacando-se a perda de certos traços que lhe são essenciais para que seja caracterizado como reflexivo. À medida que vai expandindo seu contexto de ocorrências, torna-se mais opaco, menos transparente em sua função. Assim, passa a conviver em contextos mais abstratos de uso, deixando sua tarefa primeira – a de estabelecer uma correferencialidade entre o sujeito e o objeto, ou seja, a de ter um sujeito que é agente e alvo de uma ação verbal a um só tempo – angariando novas nuanças, menos concretas, no discurso.

Tais mudanças semânticas nas funções do pronome “se” parecem atuar como um passo primeiro para uma nova ordem de mudança pela qual possa vir a passar o elemento em questão. É desse modo que podemos pensar na sua gramaticalização, fazendo com que ele caminhe de uma categoria-fundante de clítico reflexivo a uma nova categoria de afixo verbal. Dessa forma, através de um controle quantitativo de fatores de ordem lingüística, a análise funcional de estruturas formadas com o clítico reflexivo em manuscritos do século XIX, mais especificamente em cartas oficiais da Paraíba, possibilita observar a direção das influências que exercem motivações cognitivo-comunicativas no comportamento do pronome ‘se’ reflexivo.

1. Fundamentação teórica

O funcionalismo busca superar a visão estrutural de língua destituída de fatores extralingüísticos presentes nos contextos comunicacionais em que esta língua é usada. Uma das noções centrais nos estudos funcionalistas é a noção de **marcação**. Conforme proposta por Givón (1995), a marcação está na base da gramática das línguas, uma vez que é diretamente relacionada à economia e à ordem cognitiva do processamento das informações no evento comunicativo. Conforme assenta o referido autor (1990, p.945), a noção de marcação faz remeter à lingüística estrutural da Escola de Praga, a princípio, como um refinamento do conceito saussuriano de *valor lingüístico*, em distinções binárias. Para os estudiosos do Círculo Lingüístico de Praga, as distinções binárias na fonologia e na gramática se davam da seguinte maneira: um membro do par contrastivo atua como a presença de uma propriedade, o outro como a ausência.

Tem significado não só para a lingüística mas também para a etnografia e a história da cultura, pois correlações sócio-culturais como vida ~ morte, liberdade ~ não liberdade, pecado ~ virtude, feriado ~ dias de trabalho, etc, estão sempre relacionados a relações a ~ não-a, e é importante descobrir a cada época, grupo, nação, etc, qual é o elemento marcado (carta de Jakobson a Trubetsky, 26/11/1930 *apud* Tavares, 2003).

Um ponto importante acerca da marcação é que ela não pode ser tomada em moldes absolutos. Isso porque a marcação é dependente do contexto a ser analisado. Assim, a estrutura que é marcada em um contexto X pode não ser marcada num contexto Y. Para serem diferenciadas categorias marcadas de categorias não-marcadas são utilizados três critérios básicos, de contraste binário (Givón, 1990, p.947; 1995, p.28):

- * Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior, mais elaborada – que a correspondente não-marcada.
- * Distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos frequente que a correspondente não-marcada.
- * Complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa que a não-marcada, já que demanda mais atenção, maior esforço mental e tempo de processamento do que esta última.

Um outro ponto importante a ser considerado relativamente à marcação diz respeito à capacidade dos itens lingüísticos de exibir diferentes graus quanto à frequência de uso, à complexidade estrutural e à complexidade cognitiva. Considerando esses três critérios de distinção entre categorias marcadas e não-marcadas, podemos estabelecer uma hierarquia entre as categorias de acordo com seu grau de marcação. Por ser a língua de natureza fluida e criativa, faz-se imperativa a adoção de parâmetros de *gradualidade* na análise da marcação, no lugar de considerar as categorias lingüísticas em termos discretos. Assim é que, em vez de se trabalhar com o quadro [+/-], opte-se pela escala [-/ -+/ +] na marcação de itens e construções da língua.

A tendência natural é a de que pensemos numa implicação direta entre os critérios da marcação, já que uma forma sendo mais elaborada cognitivamente e estruturalmente, por tabela, essa forma se torna menos frequente no discurso. Contudo, cabe uma ressalva: “eles devem ser considerados independentemente e, a partir da confluência dos critérios, se estabelece, então, um gradiente de marcação” (Freitag e Görski, 2005, p.07). O ‘calcanhar de Aquiles’ da marcação – a complexidade cognitiva – deve ser verificada virtualmente, utilizando-se do princípio meta-icônico da marcação, segundo o qual “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas” (Givón, 1995: 25).

Conforme sugerem Freitag e Görski (2005, p.06), “a atuação do princípio da marcação impõe restrições de uso às formas, e isso pode levar aos direcionais de mudança. Ou seja, ao fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se a probabilidade maior ou menor de sua ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas [...]”. Com o pronome ‘se’ empregado nas cartas da Paraíba, aplicar o princípio da marcação significa buscar a apreensão do modo como essa forma caminha de sua função prototípica reflexiva para uma função mais opaca, em que a reflexividade já não é substancialmente visível. Entretanto, se faz necessária uma ressalva. Neste trabalho, não haverá comparação entre formas mais ou menos marcadas. O princípio da marcação não é aplicado ao pronome “se” propriamente dito, mas sim a suas diferentes funções “reflexivas”, rotuladas de acordo com os diversos níveis de reflexividade que manifestam, e a traços do contexto de uso. Não há, portanto, comparação entre estruturas intersubstituíveis, uma vez que temos *diferentes funções* sendo exibidas pelo “se”. A aplicação dos critérios distintivos entre categorias marcadas e não marcadas na verificação do grau de marcação dos níveis de reflexividade tem como uma finalidade salientar o comportamento natural das formas lingüísticas e suas funções, no caso específico o pronome reflexivo ‘se’, buscando atestar tendências a inovações e mudanças condizentes ao fenômeno da reflexividade.

Dentre os vários processos de criação, re-criação, renovação, abandono e, por conseguinte, mudança lingüística, a **Gramaticalização** é um dos mais frequentes que se tem atestado nas línguas em geral. O refazer-se constante do sistema lingüístico trabalha, sobretudo, com o surgimento de novas funções para formas já existentes na língua e isso evidencia aquilo que Hopper (1987) chama Gramática Emergente, ou seja, uma gramática constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo, em princípio, ser separado das estratégias de construção do discurso. A esse entendimento, subjaz uma concepção de língua como atividade em tempo real e a postulação de que não existe uma gramática como produto acabado, mas sim uma constante gramaticalização, movimentos em direção à estrutura. Por suas definições clássicas, há gramaticalização quando uma unidade lingüística

começa a adquirir propriedades de formas gramaticais. Caso já possua estatuto gramatical, tem ampliada sua gramaticalidade. Tal aceção deixa evidenciada a distinção existente entre estatuto lexical e estatuto gramatical (Cf. Gonçalves, 2003, p. 18).

Os estudos em gramaticalização não estão perto de ser constituídos como um paradigma explanatório definido, quer seja pelo recente ressurgimento do interesse em suas idéias, quer pela diversidade de termos e tendências sob um mesmo rótulo. O que é certo, porém, é que trabalhar com gramaticalização implica, necessariamente, o respeito ao dinamismo e à heterogeneidade inerentes às línguas naturais. As considerações teóricas feitas até aqui sobre o funcionalismo lingüístico, de modo geral, e sobre marcação e gramaticalização, em particular, são de interesse para as partes subseqüentes deste trabalho, já que a gramaticalização é o processo que explica as mudanças ocorridas mediante o uso de itens e expressões lingüísticas; e pela marcação restrições de uso são impostas às formas da língua. Conseqüentemente, tal fato pode evidenciar as trajetórias de mudança lingüística. A partir dos resultados obtidos em Mello (2005), mediante a análise de dados do século XX, aplicando os critérios de marcação, ficou evidenciado que a alta freqüência no uso do reflexivo de 3ª pessoa propicia que tal forma adquira funções cada vez mais abstratas na fala dos pessoenses. Por conta disso, pareceu-nos relevantes ampliar a análise – o que está sendo feito em pesquisa atual – trazendo para a discussão a hipótese de que o reflexivo de 3ª pessoa esteja passando pelo processo de gramaticalização na fala de João Pessoa.

2. Procedimentos metodológicos

Neste trabalho, são analisados manuscritos oitocentistas que compõem um *corpus*¹ constituído de 203 cartas oficiais de caráter administrativo, escritas nos séculos XVIII e XIX. Os documentos originais encontram-se preservados no Arquivo Histórico da Paraíba, em João Pessoa. O acervo do Arquivo Histórico compreende um amplo e diversificado conjunto de textos dos períodos colonial e imperial brasileiros — além de outros mais recentes relacionados ao governo da Paraíba — e de jornais antigos. A amostra utilizada para esta análise, especificamente, é constituída por 152 cartas oficiais da Paraíba, escritas no período que vai de 1801 a 1874. Trabalhar com um corpus desta natureza possibilita o levantamento de dados significativos para o mapeamento histórico do português no Brasil, auxiliando, dessa forma, no avanço do debate teórico acerca da mudança lingüística do português brasileiro.

A análise dos dados contará com a descrição dos níveis de reflexividade, objeto central de nossa análise. Trabalhando, basicamente, com a noção da marcação lingüística, serão feitas observações acerca dos níveis de reflexividade, com o objetivo de apreender o uso produtivo do pronome ‘se’ reflexivo no português do século XIX falado na Paraíba. Fazendo uso dos dados disponibilizados nesses manuscritos, o objeto de nosso estudo está intimamente ligado às realidades social e histórica, que fazem emergir mudanças lingüísticas através das atividades dos usuários. Incorporar dados de épocas anteriores ao atual estágio da língua proporciona o recolhimento de uma coleção de vestígios acerca dos aclives de gramaticalização do pronome reflexivo, rumo a afixo verbal. Se os indícios provindos de épocas diversas apontarem para as mesmas ou semelhantes etapas, teremos evidências mais substanciais acerca das trajetórias de mudança pelas quais passa tal elemento ao longo do tempo.

3. Análise dos Dados

3.1 Níveis de reflexividade

Os níveis de reflexividade permitem que sejam evidenciadas as propriedades sintático-semânticas dos verbos reflexivos mediante a relação estabelecida entre eles e os demais participantes da oração,

¹ Este *corpus* foi originalmente apresentado por Maria Cristina de Assis Fonseca como resultado da sua Tese de Doutorado “Caracterização Lingüística De Cartas Oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII E XIX, defendida em 2003, na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa.

recobertos de funções casuais exigidas pela especificação semântica do próprio verbo. Assim é que recorreremos a uma lista de papéis semânticos proposta pelos estudos de Fillmore (1968) e Chafe (1970), sobretudo, e recuperada pelos trabalhos funcionalistas de Givón (1984; 1993; 1995; 2001). A partir dessa lista de casos semânticos, associada à subcategoria verbal, formularemos um quadro em que os verbos serão redistribuídos em níveis, mediante seu grau de reflexividade².

Givón (2001, p. 106) sugere que as cláusulas são divididas em tipos específicos de acordo com a natureza do verbo que ocupa seu núcleo sintático-semântico. Os verbos, por sua vez, são divididos em classes semânticas de acordo com o papel semântico dos participantes no estado ou evento codificado pela cláusula. Dessa forma, os papéis semânticos associados aos verbos definem, então, o esquema semântico-proposicional do verbo, assim como o estado/evento e a cláusula. A importância de lidarmos com os papéis semânticos (Cf. Givón, 1993, p. 89) está relacionada ao fato de que desvendar um tipo de verbo significa, automaticamente, desvendar o tipo de cláusula simples. Isso porque os verbos são os núcleos semânticos das frases. Dessa forma, o tipo de verbo que ocupa o núcleo semântico da cláusula define o tipo de cláusula. Todo verbo, em sua capacidade de ser núcleo estruturador das cláusulas, é definido em termos dos papéis semânticos dos participantes ('argumentos') no estado ou evento codificado pelas cláusulas.

Fazendo uso das idéias de Fillmore e Chafe sobre os casos semânticos e a subcategorização verbal, Christiano (1991) faz uma divisão dos verbos em dez grupos, respeitando a relação de sentido que se estabelece entre o participante central (o verbo) e os demais participantes (os argumentos) recobertos de funções casuais exigidas mesmo pela especificação semântica do verbo³.

A definição de reflexividade e dos verbos ditos reflexivos varia de autor para autor, mas, de uma forma geral, a definição clássica é a de que **a reflexividade é um fenômeno mediante o qual sujeito e objeto se tornam correferentes numa dada oração**. Entretanto, levando em conta as relações que o verbo estabelece com os demais participantes, determinados exemplos devem ficar de fora dessa sistematização, ou até mesmo devem não apresentar o mesmo nível de reflexividade. Como venho argumentando, o pronome 'se' com valor reflexivo está diretamente relacionado à significação verbal. Assim, os verbos distribuídos e agrupados anteriormente apresentam algumas particularidades, que tornam necessário o estabelecimento de gradações para este fenômeno (Cf. Christiano, 1991).

De reflexividade plena, figuram apenas estruturas com o verbo *suicidar-se*, onde o paciente será sempre idêntico e correferencial ao agente: *O presidente se suicidou após a descoberta das fraudes*⁴.

O contexto de ocorrência de reflexividade primária é bem mais largo, de modo que ela pode aparecer em estruturas com verbos declarativos, como em:

carta (C 100) ILLMOS EXMOS SENRES EM VERTUDE DO OFFICIO DEV.EXAS DE 26 DE 7 BRO PA DARSE- Localização no Arquivo Histórico: cx. 06 – DOCUMENTOS IMPERIAIS
REMETENTE: <i>Manoel Gonçalves Ramos – Capitão-mor</i>
Destinatário: <i>JUNTA PROVISORIA DO GOVERNO DA PROVINCIA DA PARAÍBA DO NORTE.</i>

eu tenho Tenente capas digno denaõ temer
a valentia do Galvão e seus saquazes ficando Vossas Excelências
sertos seasim odeterminarem não sedispença o-
ronper-se com fogo para queelles **senaõ entregaõ** porém isso
não asusta.

Sujeito e o complemento são correferenciais e reflexivos, como também nas cláusulas do tipo:

² Tomamos como base para este estudo dos níveis de reflexividade o trabalho de Christiano (1991), no qual a autora propõe três níveis: pleno, primário e secundário, que serão descritos a seguir.

³ Mesmo o número de casos, ligados aos verbos, sendo bastante variado, Christiano (1991) usa somente daqueles que representam os actantes na estrutura reflexiva, a saber: agente, causativo, experienciador, beneficiário, receptivo, objetivo, paciente e locativo.

⁴ A frase usada para exemplificar o nível pleno foi construída e não retirada do *corpus*, uma vez que não constam construções com o verbo *suicidar-se* nas cartas analisadas.

carta (C 83) - ILLMO SENHOR CORONEL ANTO BIZERRA DE SAA MENEZES HOJE MEFOI PARTICIPADO
Localização no Arquivo Histórico: cx. 06 – <i>DOCUMENTOS IMPERIAIS</i>
Remetente: MANUEL ALEXANDRE DE LIMA. (COPIADO POR FRANCISCO XAVIER ÂNGELO)
Destinatário: <i>ANTÔNIO BEZERRA DE SOUSA MENEZES</i>

e amanhã faremos
 tenção marxar com aquela Tropa, que ja puder reu
 nir tanto de Cavalaria como de Ordenança ahirmos
 postâr no lugar do Pombo ou aonde depois deali chega
 rem julgarmos conveniente por que tenho certeza-
 seaxaõ ja na Povoação de Piranhas oque participo
 a *Vossa Senhoria* para no caso de Marxarem as Tropas deseo
 Comando **sereunirem** com nosco no Lugar mencionado

Os verbos que traduzem reciprocidade também são incluídos nas estruturas de reflexividade primária. Como nas reflexivas, as construções recíprocas possuem um agente e um paciente que são correferenciais.

carta (C 71) - Nº 14 SENDO PRESENTES A SUA ALTEZA REAL O PRINCIPE REGENTE
Localização no Arquivo Histórico: cx. 05 – <i>DOCUMENTOS COLONIAIS</i>
Remetente: <i>JOZÊ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA (ASSINATURA)</i>
Destinatário: <i>JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO DA PARAÍBA.</i>

Sendo presentes a Sua Alteza Real o Principe Regente os ou-
 tros votos de obediencia, gratidaõ e respeito do Governo Provisorio da
 Provincia da Parahyba do Norte e do Povo da sua Capital, com que
 mutuamente **se felicitaõ** pela gloriosa Viagem do mesmo Augus-
 to Senhor à Provincia de Minas Gerais

O termo reflexividade secundária fica reservado às estruturas que permitem a omissão total do reflexivo. O termo afetado pela ação é amenizado, podendo, portanto, ser omitido:

carta (C 94) - PARTICIPO AV.S., QUE FAZENDO NOTIFICAR ATOUDOS OS SOLDOS QUE
Localização no Arquivo Histórico: cx. 01 – <i>DOCUMENTOS COLONIAIS</i>
REMETENTE: <i>Joaquim Joze d'Albuquerque –Tenente e Comandante Interino da 6ª Companhia</i>
Destinatário: <i>AFONÇO D'ALBUQUERQUE</i>

O *Segundo* foi serem notifi-
 cados p^a odia em que *Vossa Senhoria* enosso Major, estiverem
 na Itabaiana, emesmo elles guaritas, *quando* principio
Vossa Senhoria tumar os seus juramentos não apariceo hũ só
 gurita toudos **forão-se** embora sem dizerem
 aquificar as xaves, desorte que algũ queficou
 for doente quenão servio.

Por fim, aparecem as estruturas com 'se' pseudo-reflexivo. Christiano (1991) afirma não ser possível incluir tais estruturas no âmbito da reflexividade, já que elas são apenas pronominais, como em:

carta (C 92) - TENDO FEITO DELIGENCIAS, PA QUESENTEM PRAÇA DE=
Localização no Arquivo Histórico: cx. 06 – <i>DOCUMENTOS IMPERIAIS</i>
Remetente: <i>AFFONSO DE ALBUQUERQUE</i>
Destinatário: <i>JERÔNIMO JOSÉ DE MELO E CASTRO, GOVERNADOR DA PARAÍBA.</i>

mandei orde aos Comandantes das Companhia
 que applicassem todos os meios de emcarinhamento
 para que viesse para sua vontade, equando o não podesse conse-
 guir, mandesse-os debaixo de prisão, o quando ago=

ra acaba de suceder com Eugenio Marinho Falção, o qual remetto *para que Vossa Excelência* o mande ins=truir, mandando-o conservar *para* alguns dias de baixo de prisão athe **desenganar-se** apesar de *que* elle dis *que* via *para muito* sua *vontade* de que du=vido.

Para este trabalho, entretanto, por motivos organizacionais e por uma melhor visualização das distinções entre os graus, diremos que estruturas dessa natureza pertencem ao nível terciário, de reflexividade aparente ou ilusória, apenas. A partir do detalhamento dos verbos feito anteriormente, um quadro pode ser desenhado, com a especificação dos grupos e subgrupos verbais, com seus verbos padrões, e o nível de reflexividade de cada um deles:

GRUPOS VERBAIS	NÍVEIS DE REFLEXIVIDADE			
	PLENA	PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA	TERCEÁRIA
G⓪ : tipo padrão: irritar-se tipo padrão: encontrar-se				X/X
GⓁ : tipo padrão: queixar-se tipo padrão: acusar-se		X		X
GⓂ : tipo padrão: ajoelhar-se			X	
GⓃ : tipo padrão: pentear-se		X		
GⓄ : tipo padrão: lançar-se		X		
GⓅ : tipo padrão: achar-se ⁵		X		
GⓆ : tipo padrão: arrogar-se		X		
GⓇ : tipo padrão: atrever-se				X
GⓈ : tipo padrão: encontrar-se ⁶		X		
GⓉ : tipo padrão: suicidar-se	X			

Quadro I: Grupos verbais e níveis de reflexividade

Divididos e agrupados os verbos em níveis, de acordo com o grau de reflexividade que encerram, é tarefa emergencial aplicar os conceitos teóricos do funcionalismo relativos à marcação lingüística. Como visto na fundamentação teórica deste trabalho, a marcação, conforme proposta por Givón (1995), está na base da gramática das línguas, uma vez que é diretamente relacionada à economia e à ordem cognitiva do processamento das informações no evento comunicativo. A aplicação dos critérios distintivos entre categorias marcadas e não marcadas na verificação do grau de marcação dos níveis de reflexividade tem como uma finalidade salientar o comportamento natural das formas lingüísticas e suas funções, no caso específico o pronome reflexivo 'se', buscando atestar tendências a inovações e mudanças condizentes ao fenômeno da reflexividade.

Conforme sugerem Freitag e Görski (2005, p.06), a atuação do princípio da marcação impõe restrições de uso às formas, e isso pode levar aos direcionais de mudança. Ou seja, ao fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se a probabilidade maior ou menor de sua ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas. Com o pronome 'se', aplicar o princípio da marcação significa buscar a apreensão do modo como essa forma caminha de sua função prototípica reflexiva para uma função mais opaca, em que a reflexividade já não é substancialmente visível.

Das 152 cartas analisadas, foram encontrados 152 registros de uso do pronome 'se' contendo alguma carga de reflexividade. Separadamente, os níveis primário, secundário e terciário apresentam os seguintes números:

⁵ 'Achar-se' como verbo de opinião: "João se acha muito melhor que os outros".

⁶ 'Encontrar-se' como verbo de companhia: "André vai se encontrar com sua namorada no cinema".

NÍVEIS	OCORRÊNCIAS/TOTAL	%
Primário	92 / 152	65
Secundário	19 / 152	8
Terciário	41 / 152	27
TOTAL	152/152	100

Tabela I: Ocorrências do pronome reflexivo pelos níveis de reflexividade

Fazendo a confrontação entre os quatro níveis de reflexividade que a forma ‘se’ pode encerrar, fica evidente a superioridade numérica do nível primário, com bem mais da metade das ocorrências sob seu domínio. Vem seguido do nível terciário, que, por sua vez, equivale a três vezes mais do que o secundário, com 19 ocorrências. Entre os níveis de reflexividade, então, pode-se traçar a seguinte escala de marcação:



Quadro II: Escala de marcação: a freqüência dos níveis

No nível primário, estão contidas, além das estruturas de função reflexiva, as de função de reciprocidade, como em:

carta (C 71) - Nº 14 SENDO PRESENTES A SUA ALTEZA REAL O PRINCIPE REGENTE
Localização no Arquivo Histórico: cx. 05 – DOCUMENTOS COLONIAIS
Remetente: JOZÊ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA(ASSINATURA)
Destinatário: JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO DA PARAÍBA.

Sendo presentes a Sua Alteza Real o Principe Regente os outros votos de obediência, gratidão e respeito do Governo Provisorio da Provincia da Parahyba do Norte e do Povo da sua Capital, com que mutuamente **se felicitaõ** pela gloriosa Viagem do mesmo Augusto Senhor à Provincia de Minas Gerais

Quanto ao critério da complexidade estrutural, como a partícula ‘se’ é idêntica em todos os graus, alterando a função (e não a forma), a configuração sintática das cláusulas em que os verbos de cada um dos grupos aparecem é que vai determinar a escalaridade da marcação dos níveis. As expressões com verbos de nível secundário, são [-marcadas], pelo fato de poderem apresentar ou não a partícula em sua configuração. De caráter facultativo, a não-ocorrência do reflexivo faz desse nível o [-marcado] dentre os elencados. As expressões com verbos de nível primário são formas [+marcadas] estruturalmente em relação às de nível secundário. Uma estrutura primária é simples, com um sujeito que é correferente ao complemento. A necessidade da presença do clítico faz com que tal estrutura se caracterize como [+ marcada] em relação às de nível secundário. A sobreposição de função exerce um papel importante. Além de reflexiva, a cláusula pode ser ainda recíproca. Um dado interessante, nesse caso, é que sempre os SNs serão desenvolvidos na forma plural, para que haja a idéia de reflexividade. Também representante do nível primário, é cláusula mais complexa estruturalmente aquela que irá demandar um complemento adverbial locativo, e dessa forma, a presença de um sintagma de outra ordem (que não nominal), precedido de item preposicional, impõe um maior caráter de complexidade. Nota-se uma maior complexidade de estrutura na cláusula que tem obrigatória a presença de um complemento estruturado sob a forma de oração.

Por fim, o nível terciário ocupa a última posição no gradiente da marcação, como o [+marcado] estruturalmente. A cláusulas que giram em torno de um verbo experiencial de estado, falta-lhes a condição básica para haver reflexividade: uma **ação** que parte de um sujeito A e recai em um objeto B, sendo A e B correferentes. A configuração sintática pode se tornar mais complexa ainda, uma vez que sempre será necessária a presença de um complemento estruturado sob a forma de oração, numa estrutura encaixada. Orações sempre são mais elaboradas que sintagmas, daí, portanto, o nível terciário ocupar tal posição.

Tomando por base o critério da complexidade estrutural, o seguinte quadro pode ser visualizado, resumindo o grau de marcação dos níveis de reflexividade:



Quadro III: Escala de marcação: a complexidade estrutural dos níveis

Considerando o último critério no tratamento da marcação, temos o da complexidade cognitiva. Figurando como nível [-marcado] encontramos o nível primário, apresentando um grau baixo de complexidade cognitiva, pelo fato de que também se espera que o pronome 'se' cumpra suas funções reflexivas em tais sentenças. Mais complexo cognitivamente que os anteriores é o nível secundário. Como nesse nível a forma reflexiva é facultativa, podendo, inclusive, ser omitida, são necessários um maior esforço mental e uma maior demanda de atenção por parte do ouvinte. Ocupando o grau mais alto de complexidade cognitiva está o nível terciário, já que nele a forma 'se' não é sequer um reflexivo. Ela aparece na estrutura, mas ocupa o lugar de um outro elemento, o que requer um esforço mental e uma demanda de atenção bem maiores. É dessa forma que se configura a escala de complexidade cognitiva:



Quadro IV: Escala de marcação: a complexidade cognitiva dos níveis

Feitas as escalas individuais, pelos critérios em separado, podemos agora formular o quadro que reflita o gradiente da marcação dos níveis de reflexividade, mediante o cruzamento dos critérios.



Quadro V: O gradiente de marcação dos níveis

Assim, como [-marcado] está o nível primário, já que ele se encontra mais à esquerda da escala em dois dos critérios. É seguido pelo nível secundário, mais marcado cognitivamente e pela frequência. Por fim, aparece o nível terciário como o mais marcado: ele ocupa essa posição tanto na complexidade estrutural quanto na cognitiva, e na frequência, sua estatística se aproxima bastante do nível secundário, o que permite sua posição de mais marcado.

4. Considerações Finais

As conclusões a que Mello (2005) chegou com a análise sincrônica do clítico reflexivo apontam para sua realização na fala de João Pessoa junto a verbos que não cumprem a condição primeira da reflexividade: a ação que parte de um sujeito e recai nele próprio. Dessa forma, o pronome 'se' reflexivo aparece em contextos que o tornam mais opacos, menos transparentes e, portanto, mais abstratos. Tal tendência foi considerada, de certo modo, um bom indício para se pensar em uma mudança mais substancial do que as de funções pelas quais ele passa.

Desse modo, achamos propício verificar o comportamento do reflexivo em dados de estágios anteriores da língua; afinal, estas sincronias, embora distintas, possuem fronteiras indistintas, não podendo ser caracterizadas como fatias discretas e isoladas. É um olhar sobre o ontem e o hoje, conjugando-os e entendendo-os como processos contínuos de *rotinização* > *inovação* > *rotinização* do fazer-se gramatical.

Embora este trabalho não tenha se utilizado, substancialmente, de fatores de ordem social, cabe ressaltar a importância de tais fatores na análise linguística. O estudo de como e por que a estrutura de uma língua se modifica ao longo do tempo não pode negligenciar a consideração também do contexto social em que a língua é falada. Como afirmam Bybee & Hopper (2001, p.20): as situações comunicativas e seus

participantes também são fenômenos repetitivos, repetição que está na base das rotinizações que originam a gramática. A análise nos textos do século XIX permite mapear semelhanças e/ou diferenças de comportamento do clítico num estágio anterior da língua. Quaisquer que sejam os resultados, terão eles um valor altamente positivo para o cumprimento dos objetivos a que nos propomos com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan & HOPPER, Paul. *Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure*. In: BYBEE, Joan & HOPPER, Paul (eds). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CHAFE, Wallace. *Meaning and the structure of language*. Chicago and London: Chicago University Press, 1970.

CHRISTIANO, Maria Elizabeth Affonso. *As estruturas reflexivas em português e seu tratamento na gramática dos casos profundos*, 1991. Tese. (Doutorado em Linguística). UNESP, Araraquara.

FILLMORE, Charles. The case for case. In: BACH and HARMS (Eds.): *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968.

FREITAG, Raquel M. Ko. & GÖRSKI, Edair. *Marcação e comportamento sociolingüístico de marcadores discursivos na fala de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2005 (a sair).

FONSECA, Maria Cristina de Assis. *Cartas oficiais da Paraíba dos Séculos VIII e XIX*. João Pessoa: Idéia, 2004.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax and semantics: discourse and syntax*, v.12, Nova York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. *English grammar: a functional based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GONÇALVES, Sebastião Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no Português do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado).

HOPPER, Paul. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, v. 13, 1987.

MELLO, Fernanda Rosário de. *O uso produtivo do pronome 'se' reflexivo na fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista* (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2005.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, daí, aí, então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2003.